

PRIMÓRDIOS E HISTÓRIA DA COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO NA COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA

BEGINNINGS AND HISTORY OF EUROPEAN ECONOMIC COMMUNITY COOPERATION IN EDUCATION AND TRAINING

António Vitor Nunes de Carvalho

Universidade de Aveiro

Portugal

Email: avitor@ua.pt

RESUMO

Este texto estuda a cooperação na educação e formação no seio da História da Comunidade Económica Europeia (entre 1957 e o final da década de 1970). Destaca-se a necessidade histórica do fomento, por parte dos Estados-Membros, da cooperação europeia no domínio da educação e formação; especialmente centrada no estreitamento das relações entre os sistemas de ensino e formação; reconhecimentos académicos, promoção da aproximação entre as instituições, mobilidade, ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras.

Palavras-chaves: Comunidade Económica Europeia. Educação e Formação. Cooperação. História da Educação.

ABSTRACT

This essay studies cooperation in education and training and the European Economic Community History (between 1957 and the end of the 1970s). The essay highlights Member States (historical) need to institute European cooperation in the field of education and training education, such as: improving closer relations between education and training systems, academic recognitions, promotion of closer relations between institutions, mobility, teaching and learning foreign languages.

Keywords: European Economic Community. Education and training. Cooperation. History of Education.

Introduction¹

É essencial salvaguardar na Europa "um foco excepcional de desenvolvimento, de progresso e de cultura".

Comunicado final da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, Haia, 1 e 2 de Dezembro de 1969.

Efetivamente, perante o poder avassalador da globalização, a ‘explosão’ das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), e a pujante sociedade da informação que predomina neste novo milénio; os líderes europeus assumem o desejo de edificar na Europa uma ‘sociedade aprendente’ assente no conhecimento, na diversificação das opções de emprego à disposição da população e na promoção do bem-estar dos cidadãos europeus. Estes reptos constituem algumas das ambições mais importantes na Europa do presente século XXI avocando-se como uma resposta, um contraponto sólido, face ao perigo das tão temidas «profundas fracturas sociais» que, de algum modo, permanecem latentes (RODRIGUES, 2003, p. 133).

Contudo, o trajeto efetuado pelos europeus até à atualidade invetera, e transporta, inevitavelmente, uma raiz histórica que captura a nossa atenção enquanto objeto suficientemente desafiante que importa perscrutar e partilhar; não tanto como um ‘modelo tipo com pretensões de arquétipo único a seguir’, mas sobretudo como uma solução atilada e perspicaz saída da adversidade imposta pelo infortúnio belicoso traduzido na II Grande Guerra. A poção encontrada para a paz e para o início de um ciclo duradouro assente na cooperação – a principiar pelos seis Estados fundadores: Alemanha, França, Itália, Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo – implicou a criação de comunidades; primeiro a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, em 1951, seguida de outras duas, em 1957 – a Comunidade Económica Europeia e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (EURATOM).

Nesta órbita, caberá perenemente à dinâmica da História, sempre inacabada, e ao historiador – enquanto «manipulador do tempo [...] que carrega as chaves da compreensão do passado» (COELHO, 2020, p. 13) – avivar a memória daqueles que,

¹ O presente texto foi lavrado ao abrigo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (assinado a 16 de dezembro de 1990 pelos países lusófonos aderentes).

no 'fogo vivo' do presente e correndo os perigos que historicamente já conhecemos, 'perdem a noção' da coordenada tempo e tentam transformar a memória histórica em algo ténue, mínimo, dispensável ou miseravelmente desprezível! Pois, na verdade, entende-se que sem memória não aprendemos, não refletimos, não criticamos, não fundamentamos e somos reduzidos à insignificância de um zero soberano no reino da nulidade!

Sabemos, igualmente, que educação e formação arrola sempre a coordenada temporal. Como destacam António Nóvoa e Yara Alvim, «education is always defined over a very long time, never a short on» (NÓVOA, ALVIM, 2020, p. 40). De todo o modo, aborda-se aqui, embora de forma circunscrita e quase em 'formato de fatia', uma feição da História da educação e formação centrada no princípio da cooperação e que oscila cronologicamente entre o advento do projeto europeu materializado na já ventilada fundação da Comunidade Económica Europeia, pela celebração do Tratado de Roma (1957), e o *terminus* da década de 70 do século XX.

Urgência/afirmação da Educação e formação na segunda metade do século XX

Obedecendo a um processo pleno de avanços e recuos, de renúncias e derrotismos, como também de incitações permanentes, os mais elevados dirigentes europeus começaram por favorecer a integração económica e a construção do Mercado Comum, designadamente entre 1955 e 1968, dando forma a uma arquitetura institucional única no planeta.

Simultaneamente, importa salientar que os Anos 50 e 60 do século XX, que marcam a criação e os primeiros 'momentos de vida' da Comunidade Económica Europeia, entroncam num contexto de valorização do investimento no capital humano pela aposta na educação e formação dos recursos humanos contando já com a atenção/vigilância dos empresários e dos governos quanto à utilidade prática de tal aposta. Começava a coadunar-se, numa perspetiva fortemente funcional e 'economicista', o crescimento económico com os níveis educativos dos trabalhadores e com o investimento na educação, na produção e na distribuição do

conhecimento (ABRAMOWITZ, 1956 e 1989; MACHLUP, 1962; SCHULTZ, 1963; BECKER, 1964; APPLE, 1995).

Ao mesmo tempo, também se constata que na transição da primeira para a segunda metade do século XX a educação e a formação foram contempladas, igualmente, no quadro legal internacional como um direito fundamental; por exemplo, no âmbito geral da ONU, através da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (ONU, 1948), como ainda no âmbito Europeu através da *Convenção Europeia dos Direitos Humanos*, de 1952 (COUNCIL OF EUROPE, 2013).

Breve contextualização e os tímidos Anos 60

No âmbito do ambicionado crescimento económico e da já referida arquitetura institucional única que brotou na Europa, opta-se aqui por salientar alguns dos momentos decisivos da ‘integração’ da educação e formação no quadro europeu. Assim, destacam-se alguns atos/passos decisivos, centrados nos Anos 60 e 70 do século XX – e seguindo uma sequência cronológica convidando o leitor a ‘viajar’ nestas duas décadas –, nesse processo de crescente cooperação, de incorporação e afirmação da educação e formação no regaço da ‘jovem’ Comunidade Económica Europeia.

Atentando ao Tratado fundador das Comunidades, o Tratado de Roma, assinado em 1957, verifica-se que o domínio formação é contemplado na dimensão da colaboração próxima entre os Estados-Membros no domínio social. Abarca, igualmente, o enveredar de esforços no sentido da definição de princípios para a concretização de uma política comum de formação profissional, especialmente numa perspetiva propícia ao desenvolvimento das economias e do mercado comum (Tratado de Roma, Artigos 118.º e 128.º – CVCE, 1957).

Na verdade, o processo de ‘arranque’ das Comunidades Europeias pauta-se pela busca do crescimento económico – que era promissório no decorrer dos Anos 60 – proporcionado pela abolição de direitos aduaneiros alusivos às trocas comerciais que, naturalmente, se intensificaram. Conjuntamente, esta fase da História europeia também fica marcada pela tensão decorrente do levantamento do

Muro de Berlim que acabaria por se transformar no símbolo maior da Guerra Fria e da separação entre a Europa Oriental e a Europa Ocidental.

Por outro lado, este período também revela a disputa pelo protagonismo entre alguns países ‘dominantes’ em que um dos exemplos flagrantes será a chamada fase da ‘Europa francesa’ de Charles de Gaulle (MARTINS, 2010), entre 1958 e 1968, que procurou impor uma política própria traduzida no lançamento da Política Agrícola Comum (PAC), em 1963, implicando a proteção da agricultura dos países membros, a uniformização de preços e a busca da auto-suficiência europeia em matéria alimentar. Além disso, elevaram-se questões de política internacional essenciais para a Comunidade Económica Europeia, especialmente através da assinatura de acordos comerciais internacionais nas áreas de influência da África, Caraíbas e Pacífico.

Neste contexto, esta fase da construção europeia só permitirá ressaltar, embora timidamente, a dimensão da formação profissional associada aos trabalhadores europeus. Por exemplo, assinala-se na década de Sessenta, em abril de 1963, a definição de uma política comum de formação profissional e a livre circulação de trabalhadores no espaço europeu como prática a concretizar nos Estados-Membros (OJEC, 1963); assim como, em 1968, a fundação de ‘Escolas Europeias’ para os funcionários das Instituições comunitárias e a igualdade de acesso à educação e formação profissional dos filhos de nacionais a laborar num dos seis Estados-Membros fundadores.

O início formal da cooperação na educação e formação – os primórdios da futura ‘europeização da educação’

Na década de Setenta do século XX, a Comunidade Económica Europeia promoveu o seu primeiro alargamento anuindo a entrada de novos Estados-Membros – estendendo-se a composição da Comunidade para nove países (Dinamarca, Irlanda e Reino Unido aderiram às Comunidades Europeias a 1 de janeiro de 1973). Expandiu-se, igualmente, a política de carácter regional e de solidariedade dos territórios mais ricos para com os mais pobres surgindo verbas

abundantes, particularmente no âmbito da criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (em 1975), direcionadas para políticas de emprego e de investimento em infraestruturas. A proteção do ambiente entrou na agenda comunitária – também pela via da educação – numa Europa que enfrentou a crise petrolífera resultante da guerra israelo-árabe e subsequente escalada de preços acompanhada de restrições de venda de petróleo a alguns países europeus.

Contudo, esta década de Setenta marca o principiar de «entendimentos e orientações comuns aos Estados-membros tendentes a estabelecer uma matriz discursiva que redefine a educação em torno de um conjunto de vectores ou pólos discursivo-ideológicos» (ANTUNES, 2004, p. 106). Este decénio contempla, precisamente, um crescendo nas aproximações à cooperação europeia na esfera da educação e formação – que se deverá, tendencialmente, à propensão vigente entre os Chefes de Governo e os Ministros no sentido do aprofundar das relações aspirando-se por uma comunidade mais ambiciosa e de feição política.

Na verdade, é neste período que a Comissão acrescenta a educação às dimensões investigação e ciência. Na primeira metade desta década registam-se estudos, comunicações, recomendações e resoluções decisivas na assunção da educação no interior da Comunidade Económica Europeia. Trata-se, no fundo, do lançamento de uma política europeia ativa na dimensão da educação que marca os primórdios de um protagonismo que se estende, como se sabe, até à atualidade.

Aliás, é precisamente nos Anos 70 que se verifica o início da interposição comunitária na educação. As intervenções intergovernamentais foram substituídas pelas reuniões dos Ministros da Educação inseridas nas reuniões do Conselho das Comunidades. Em julho de 1971 ter-se-á encetado o processo de integração da ‘educação geral’ como setor de cooperação e de interesse para a Comunidade Económica Europeia e sempre em correlação com a formação profissional (MONTEIRO, 2001). Os Ministros da Educação dos seis países fundadores reuniram, pela primeira vez, em novembro de 1971.

Logo no ano seguinte, por recomendação dos Ministros da Educação, surgiu o Instituto Universitário Europeu de Florença (de apoio à formação e investigação de nível superior, facultando doutoramentos e objetivando o desenvolvimento

científico da Europa) e a *European Cultural Foundation* (fortemente veiculada a iniciativas de carácter cultural na Europa) que, inspirada no seu *Plan Europe 2000*, começou a suportar a mobilidade dos estudantes universitários promovendo, a partir de 1976, os *Joint Study Programmes* e as *Short Study Visits* (EUROPEAN CULTURAL FOUNDATION, 2019) que constituirão a base dos programas mais mediáticos – como o ERASMUS – que serão amplamente difundidos nas décadas seguintes.

Neste quadro, merece destaque o *Relatório* coordenado por Henry Janne, a pedido da Comissão, intitulado *For a Community policy on education*, publicado em 1973. Este documento charneira recomendou a definição de uma política comunitária para a educação, definiu conexões entre as políticas educativas e as políticas científicas e culturais. Mais, a primazia da economia que radicou na fundação da Comunidade Europeia, como também a formação profissional dos europeus, não poderiam ser apartadas ou amovidas da dimensão ‘educação em geral’, pelo que se enfatizou o seguinte (JANNE, 1973, p. 11): «Thus there is 'awareness' of the fact that the economic (and therefore 'professional') needs for training are not separable from the education system in general».

Segundo esta fonte, não se vislumbrava a dispensa da dimensão educação, independentemente das variáveis e idiosincrasias inerentes aos Estados em questão, o esforço conjunto a favor da educação europeia não poderia ser ‘artificial’. O foco nas práticas, nos intercâmbios e na cooperação seria a chave para a aproximação dos europeus e para o exorcizar de fantasmas antigos que conduziram a Europa a dois conflitos armados devastadores. Nesse sentido, o *Relatório* sublinhou categoricamente (JANNE, 1973, pp. 51-52):

This being so, is it possible to escape from the idea that education should comprise a European dimension wherever this is possible? Here we met two dampening factors: a) the traditional attachment to the historic nations; b) the fear of creating a European nationalism, a new 'power'. The effort of European education must therefore avoid being artificial. It must be based on European practices and resort mainly to the organization of exchanges freely developed. Above all, education must be used so that the European peoples may get to know each other better and more precisely than in the past, when disparaging stereotypes and prejudices reigned supreme.

Este Relatório avultou a dimensão europeia da educação propalando uma política comunitária para o ensino e a aprendizagem de línguas, a cooperação entre universidades, reconhecimento de diplomas, mobilidade, intercâmbios, educação permanente e tecnologias. Sugeriu, também, a aposta no conhecimento da Europa pelos europeus, a ‘correção’ dos manuais de História expurgando as dimensões nacionalistas e ampliando a incidência desta área disciplinar, a utilização da Geografia para transcender as fronteiras físicas que separavam os países, estudar a base/semelhanças das línguas europeias, apostar no ensino de uma ‘cidadania europeia’ veiculando o pluralismo e a democracia; apoiar o ensino e a pedagogia recorrendo a ‘equipamento didático’ almejando a criação e o reforço de atitudes positivas e informadas acerca da Europa. Sugeriu, inclusivamente, a criação de um grupo de estudos para a área da educação. Progressivamente, a Comissão foi recomendando ao Conselho (1973-1974) a cooperação entre os países na esfera da educação e no âmbito da diversidade dos sistemas educativos.

Uma Resolução dos Ministros da Educação, reunidos no contexto do Conselho, em junho de 1974, dedicada à cooperação na área da educação, confirmou esta urgência: “the need to institute European cooperation in the field of education” (OJEC, 1974). A aludida Resolução de cooperação no domínio da educação definiu os princípios a adotar, com particular relevo para o facto de enfatizar que a educação deixava de ser, agora, uma ‘mera componente’ da vida económica. Ao mesmo tempo, aconselhava a acomodação das políticas económicas e sociais da Comunidade à especificidade da educação; uma cooperação que respeitasse as tradições, a diversidade e os sistemas e políticas educativas de cada Estado, pois a harmonização dos sistemas ou políticas não constituía, agora – por enquanto –, um fim (OJEC, 1974).

Entroncando nas indicações registadas no Relatório de Henry Janne, esta Resolução reforçava como “priority spheres of action” no quadro da cooperação pretendida: a integração das crianças nos sistemas de educação e formação de cada Estado-Membro, a relação próxima entre os diferentes sistemas de ensino europeus, elaboração de estatísticas, intensificação do ensino e da aprendizagem de línguas,

reconhecimento de diplomas, incentivar a mobilidade e a cooperação universitária, e garantir a equidade no acesso livre a todas as formas de educação (OJEC, 1974).

Por outro lado, nesse mesmo ano de 1974, o Conselho contemplou a educação no quadro do Programa de Ação Social e foi recebendo propostas da Comissão no sentido de proteger os menores filhos de migrantes assegurando a escolarização dessas crianças.

Entrementes, em 1975, a Assembleia Parlamentar Europeia (futuro Parlamento Europeu) sublinhou a 'importância' da atividade da Comunidade na área da educação e o Comité Económico e Social acentuou o 'papel essencial' da educação no desenvolvimento sólido do projeto europeu. O ano de 1975 também assinala a fundação do Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP), com sede em Berlim, visando intercâmbios de informações sobre a educação e a formação profissional para fortalecer e assegurar a qualidade da cooperação. Este Centro assumirá um protagonismo relevante nas décadas seguintes, particularmente na colaboração, na promoção, no desenvolvimento e execução das políticas europeias de ensino e de formação profissional.

Ainda no âmbito dos encontros promovidos pelo Conselho, a reunião dos Ministros da Educação celebrada em fevereiro de 1976 desencadeou a aprovação de um Programa de Ação em matéria de educação que, *grosso modo*, determinou a formalização do Comité da Educação com presidência rotativa em função do país na presidência do Conselho. Competia ao Comité aplicar o referido Programa que assentava em medidas/ações de cooperação, efetiva, a executar entre os Estados-Membros.

Assim, o Programa indicado *supra* estipulava, objetivamente, seis domínios primordiais: melhorar a 'formação cultural e profissional' dos nacionais, e dos países não membros, bem como dos seus filhos; aprimorar os sistemas educativos na Europa pela comparação e confronto de políticas educativas; compilar documentos e promover estatísticas à escala comunitária; reforçar o ensino de línguas estrangeiras; fomentar a cooperação universitária; e concretizar a igualdade de oportunidades promovendo o acesso pleno a todas as formas de ensino (JOCE, 1976).

No final de 1976, a 13 de dezembro de 1976, o Conselho de Ministros da Educação aprovou uma Resolução alusiva a medidas a tomar quanto à preparação dos jovens para a atividade profissional e no concernente ao processo de transição da esfera da educação para a vida ativa.

Uma outra Diretiva do Conselho, adotada a 25 de julho de 1977, *Diretiva 77/486/EEC*, determinou que os Estados-Membros facultassem um ensino gratuito aos filhos dos trabalhadores migrantes, incluindo o ensino da língua do país de acolhimento e o ensino da língua materna contando com a colaboração do país de origem (OJEC, 1977). Esta medida arrolou dezenas de projetos nos vários Estados-Membros versando o aperfeiçoamento de estratégias didáticas e de modelos de organização para o ensino das línguas maternas incidindo sobre alunos em idade de escolarização (principalmente no domínio dos anos iniciais) e, similarmente, sobre a formação de professores (EUROPEAN COMMISSION, 1995).

Ao mesmo tempo, registaram-se progressos relacionados com o *Programa de Ação* a decorrer nos Anos 70, especialmente através da passagem do Comité da Educação (*ad hoc*) a órgão permanente. Incutiu-se o ritmo periódico das reuniões do Conselho de Ministros da Educação e a dimensão educativa europeia na esfera da formação dos jovens ganhou ênfase crescente (com protagonismo também para o Comité Económico e Social e órgãos da Comunidade Económica Europeia).

Embora fora da incidência/alcance cronológico do presente texto, convém salientar que a formação deste cordão umbilical nos Anos 50/60/70 do século XX, com base na cooperação, dará azo, nas décadas seguintes, à valorização do papel das políticas educativas na dimensão europeia da educação e formação como vetor determinante na consolidação do projeto e da cidadania europeia.

Pode destacar-se, então, nos Anos 80 e 90, a atuação no domínio das questões ambientais, na educação do consumidor, na consciência do património cultural europeu, na utilização das TIC na educação, na formação profissional contínua, no combate ao analfabetismo inicial e funcional, na educação permanente, no estatuto jurídico e jurisprudência na educação e formação. Simultaneamente, ocorrerá a intensificação da formação inicial e contínua de professores, o investimento estratégico na cultura da aprendizagem ao longo da vida, a aproximação no Ensino

Superior e a projeção/elevação dos programas bandeira da Comunidade Económica Europeia/União Europeia como o COMETT, ERASMUS, PETRA, EUROTECNET, DELTA, LINGUA, FORCE, TEMPUS, entre outros.

A concluir

Justificar-se-á, na nossa perspetiva, como sendo sempre oportuna uma abordagem que remeta para o exercício com efeito anamnóstico; neste caso balizado nas três primeiras décadas da segunda metade do século XX. Basta, apenas, que se atente ao nosso *presente contínuo* que nos exige, cada vez mais, um vastíssimo e eficaz processo permanente de educação e formação visando o desenvolvimento de aprendizagens e competências novas (CARVALHO, 2006). Inevitavelmente, a associação dos desígnios às exigências do tempo arrolou, crescentemente, como se verifica, a educação e formação no projeto político, económico e social da então Comunidade Económica Europeia.

De facto, um balanço sintético vertido sobre o momento em que ocorre o ‘impulso’ inicial da dimensão formação e educação na Comunidade Económica Europeia, então saída da ressaca da II Guerra Mundial e como tentativa de solvência no sarar das feridas profundas e na união dos povos europeus em torno de objetivos comuns, arrola ‘um pedaço’ da História da Europa na viragem para a segunda metade do século XX.

Constata-se, assim, que a educação e a formação atravessaram um processo de afirmação como direito fundamental na Europa. Tal processo implicou a presença e a consolidação progressiva da educação e formação no plano internacional e a respetiva integração no âmbito do quadro normativo europeu – tanto no seio da inicial Comunidade Económica Europeia como na União Europeia hodierna.

Naturalmente, a partir do Tratado de Roma, os Anos 60 e 70 de Novecentos pautam-se pela concretização da integração económica e edificação do Mercado Comum. O princípio da igualdade de oportunidades e a questão da valorização dos recursos foram incluídos num dos Tratados fundadores, logo em 1957, assim como

se ressaltam algumas alusões algo relevantes no decorrer da década de Sessenta, essencialmente dedicadas à formação.

Todavia, o início da interferência da Comunidade Económica Europeia na educação e formação nos Anos 70 – ingerência essa que atualmente evoluiu da intromissão primitivamente tímida, que convidava à cooperação, para uma expressão mais intensa, a hoje designada ‘europeização da educação’ – implicou já uma ação intencional e determinada, assumidamente consertada na definição de frentes de atuação (como a formação profissional e cultural dos cidadãos dos Seis Estados fundadores), o contacto entre sistemas educativos diferentes, a busca de sistemas de aferição estatística, a aposta na cooperação no âmbito do Ensino superior e na mobilidade, o ensino de línguas e a preocupação em torno da igualdade de oportunidades no acesso à formação e educação. Nesse sentido, os Ministros da Educação reuniram sob a proteção do Conselho, a Comissão envolveu-se ativamente, formou-se o Comité de acompanhamento e desenhou-se um rumo propositadamente planeado.

Como foi referido, o Relatório de Henry Janne, divulgado em 1973, poderá ser considerado como um estudo/alicerce, a fundação a partir da qual se ergueu o pilar da dimensão de cooperação europeia na educação. Efetivamente, este Relatório marca a assunção da ‘educação geral’ – como então foi generalizada – como alimento de uma cultura de inspiração europeia, um veículo de informação, de difusão de ‘valores europeus’ na aproximação e reconciliação dos povos em torno de princípios comuns a compartilhar no cerne da recentemente edificada Comunidade Económica Europeia.

Simultaneamente, considera-se que o Relatório estrategicamente coordenado e preparado por Henry Janne também resulta de experiência acumulada (enquanto Ministro da Educação belga) constituindo um documento basilar, uma referência ao traçar linhas fundamentais para o lançamento de política comunitária para a educação; pois identificou, enunciou e sugeriu correlações a estabelecer entre as políticas educativas, científicas e culturais.

Já a Resolução dos Ministros da Educação de junho de 1974 urdiu a rota para a educação e formação no quadro europeu e gizou prioridades que acompanharam os desígnios da cooperação europeia nesta área específica nas décadas seguintes.

Contudo, um dos textos fundadores da cooperação comunitária em matéria de educação, entretanto encetada, brotou a 9 fevereiro de 1976 mediante a definição do primeiro Programa de Ação em matéria de educação – saído da Resolução do Conselho e da reunião dos Ministros da Educação patrocinada pelo conselho. Tratou-se de uma materialização do até então difusamente debatido e agora sustentado por um Comité da Educação composto por representantes dos já nove Estados-Membros da Comunidade Económica Europeia.

Concretamente, criaram-se os sustentáculos de um projeto que se transformou, como se sabe, em algo grandioso e possante presentemente consubstanciado na dimensão europeia da educação – no regaço e na sinuosidade da União Europeia – e profusamente carregado de História, de História da Educação e Formação. Ergueram-se, assim, a partir destas bases, os pedestais para as décadas seguintes.

Porém, como o leitor se aperceberá, ficará para uma oportunidade futura a análise mais penetrante atinente à edificação desta estrutura/organização europeia estendida até aos pináculos da atualidade na demanda do *European Dream* (RIFKIN, 2004), ou de uma identidade que consiga unir os europeus (MOURA, 2013), como também na perseguição de um Espaço Europeu da Educação genuíno e funcional pautado pela Aprendizagem ao Longo da Vida.

Realmente, desde os primórdios e apesar do primado da economia, a cooperação europeia ‘derrubou muros’, ‘construiu pontes’, aproximou, reconciliou, acolheu e integrou. Encerra-se o presente texto invocando e enfatizando a sabedoria de um dos ‘príncipes’ da Filosofia, Bento Espinosa (1971): que não passemos pelas coisas – mesmo as mais abstratas ou universais – sem que delas deduzamos algo real!

REFERENCES

ABRAMOWITZ, Moses. Resource and output trends in the United States since 1870. **American Economic Review**, n.º 46, pp. 6-11, 1956.

ABRAMOWITZ, Moses. **Thinking about growth and other essays on economic growth and welfare**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

ANTUNES, Fátima. Globalização, europeização e especificidade educativa portuguesa: a estruturação global de uma inovação nacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.º 70/2004, pp. 101-125. [Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/105>].

APPLE, Michael. **Education and power**. New York: Routledge, 1995

BECKER, Gary. **Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. New York: National Bureau of Economic Research, 1964.

CARVALHO, António Vítor N. de (2006). Educação, desenvolvimento e aprendizagens novas na Europa: o caso português, **Educação**, n.º 3 (60), Dez. 2006, pp. 503-523.

COELHO, Borges. **História e oficiais da História**. Alfragide: Caminho, 2020.

COUNCIL OF EUROPE. **European Convention on Human Rights. Strasbourg: European Court of Human Rights**, 2013 [URL: https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_ENG.pdf].

CVCE. **Traité instituant la Communauté Économique Européenne**. Rome, 25 mars, 1957. [Disponível em: *Traité instituant la Communauté Économique Européenne*].

ESPINOSA, Bento. **Tratado sobre e reforma do entendimento**. Lisboa: Livros Horizonte, 1971.

EUROPEAN COMMISSION. **Cooperation in education in the European Union 1976-1994**. Studies n.º 5. Luxembourg: Office for Publications of the European Communities, 1995. [Disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/818ab19b-db90-43d7-8094-d660976cb0c8/language-en>].

EUROPEAN CULTURAL FOUNDATION. **Stories of Europe: 65 years of the European Cultural Foundation**. Amsterdam: European Cultural Foundation, 2019.

JANNE, Henry (coord.). **Community policy on education**. [Brussels?]: European Communities Commission. 1973.

JOCE. Resolução do Conselho e dos ministros da educação, reunidos no seio do conselho, a 9 de Fevereiro de 1976. **Jornal Oficial das Comunidades Europeias**, n.º C38/1, 18.02.1976.

MACHLUP, Fritz. **The production and distribution of knowledge in the United States**. Princeton: Princeton University Press, 1962.

MONTEIRO, A. Reis. **Educação na Europa**. Porto: Campo de Letras, 2001.

MOURA, Vasco Graça. **A identidade cultural europeia**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013.

NÓVOA, António; ALVIM, Yara. Nothing is new, but everything has changed: a viewpoint on the future school. **Prospects**, n.º 29 (2020), pp. 35-41. [Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11125-020-09487-w>].

OJEC. Resolution of the Ministers of Education, meeting within the Council, of 6 June 1974 on cooperation in the field of education. **Official Journal of the European Communities**, n.º C98/2, 20.08.74, 1974.

OJEC. Council Decision laying down general principles for implementing a common vocational training policy. **Official Journal of the European Communities**, 63/1338, 20.04.63, 1963.

OJEC. Council Directive on the education of the children of migrant workers. **Official Journal of the European Communities**, n. L199/32, 06.08.77, 1977.

RIFKIN, Jeremy. **The european dream: how europe's vision of the future is quietly eclipsing the american dream**. Cambridge: Polity Press, 2004.

RODRIGUES, Maria João. **A agenda económica e social da União Europeia: a Estratégia de Lisboa**. Lisboa: Dom Quixote, 2003.

SCHULTZ, Theodore (1963). **The economic value of education**. New York: Comumbia University Press, 1963.

SILVA, António Martins da. **História da unificação europeia: a integração comunitária (1945-2010)**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2010.